

PRÊMIO JORGE TIBIRIÇÁ PIRATININGA DE ORÇAMENTO PÚBLICO 2022

A Previsão Orçamentária como Forma de Combate ao Desmatamento

uma Análise da Correlação entre a Variação da Arrecadação do ITR e a Variação do Desmatamento nos Municípios Mato-grossenses no Período de 2013 a 2021

MENÇÃO HONROSA CATEGORIA GRADUAÇÃO

Mayson Henrique da Silva

RESUMO

Este trabalho objetivou verificar a existência de correlação entre a variação de arrecadação do ITR e a variação da área desmatada nos municípios mato-grossenses entre os anos de 2013 a 2021. A municipalização do ITR constitui uma fonte alternativa para o aumento da arrecadação de receitas públicas municipais. Vários fatores influenciam nas causas do desmatamento, sendo o potencial de arrecadação do ITR um dos aspectos importantes no combate ao desmatamento. Utilizaram-se a pesquisa qualitativa e testes de correlação através da utilização de dados do SICONFI para identificar os valores relacionados à receita orçamentária decorrente da arrecadação do ITR e dados do Projeto PRODES do INPE para identificar o incremento do desmatamento. Os resultados demonstraram que ao analisar todos os municípios da amostra é encontrada uma correlação fraca positiva, apresentando que não há uma forte correlação entre a variação de arrecadação do ITR e a variação da área desmatada.

PALAVRAS-CHAVE: Orçamento Público; Receita Pública; Imposto Territorial Rural; Desmatamento; Mato Grosso.



1. INTRODUÇÃO

As diversas discussões a respeito do papel da administração pública normalmente estão relacionadas aos dispêndios dos recursos públicos, tais como o montante aplicado em saúde, a abrangência da manutenção e desenvolvimento do ensino, o cumprimento dos percentuais estabelecidos na responsabilização fiscal, entre outros. Os debates em torno da arrecadação são pautados em torno, essencialmente, do aumento ou diminuição dos tributos, seja através da quantidade ou da variação das respectivas alíquotas.

Baleeiro (2010) cita que, para os municípios atenderem as necessidades públicas, estes necessitam auferir recursos necessários à manutenção da despesa pública, os quais advêm: i) da realização de extorsões sobre outros povos ou deles receberem doações voluntárias; ii) do recolhimento das rendas produzidas pelos bens e empresas do Estado; iii) exigindo coativamente tributos ou impondo penalidades; iv) tomando ou forçando empréstimos; ou v) fabricando moeda.

A arrecadação pode originar de diferentes maneiras e gerar consequências distintas entre os diferentes grupos pertencentes à sociedade. Nesse sentido, os tributos possuem características que vão além da máxima de arrecadar recursos para financiar o Estado, possuindo dentre as suas propriedades, as funções extrafiscais.

Cumprido esclarecer que o Imposto Territorial sobre a Propriedade Rural (ITR), constitui um imposto com claras finalidades extrafiscais, sendo a sua principal finalidade explicitada no art. 153, § 4º, I da Constituição Federal, constituindo um desestímulo à manutenção de propriedades improdutivas e, conseqüentemente, à especulação do valor de terras. Essa situação é agravada na Amazônia Legal, sendo comum a ocorrência do desmatamento de terras e a manutenção de propriedades improdutivas na produção agropecuária, impactando negativamente o meio ambiente (SILVA e BARRETO, 2014).

Alencar et al. (2004) argumentam que o modelo tradicional da ocupação de terras tem levado a um aumento significativo do desmatamento da Amazônia Legal, fenômeno este que possui uma natureza complexa e que não pode ser atribuído a um único fato.

Nesse contexto, a Emenda Constitucional nº 42, de 19 de dezembro de 2003 possibilitou a arrecadação do ITR se destinar integralmente aos municípios, desde que fosse atribuída a competência de cobrança e fiscalização por parte dos entes municipais mediante a firmação de convênio com a União, intermediado pela Secretaria da Receita Federal. Assim, a municipalização do ITR passou a ser mais uma alternativa para os municípios fomentarem a arrecadação de receitas públicas, tendo em vista que a totalidade do produto de arrecadação do ITR é transferido para as prefeituras nas quais os imóveis rurais estão inseridos.

Diante do exposto, dado que o ITR, de maneira geral, contribui como uma fonte de recursos para os municípios e que o referido imposto fornece elementos para inibir o desmatamento, formulou-se o seguinte problema de pesquisa: Existe correlação entre a variação de arrecadação do ITR e a variação da área desmatada nos municípios mato-grossenses?

Como resposta ao problema de pesquisa, levantam-se duas hipóteses:

- H0: existe forte correlação entre a variação de arrecadação do ITR e a variação da área desmatada.
- H1: não existe forte correlação entre a variação de arrecadação do ITR e a variação da área desmatada.

Dessa forma, o objetivo geral do trabalho consiste em verificar se existe correlação entre a variação de arrecadação do ITR e a variação da área desmatada nos municípios mato-grossenses. Para que o objetivo geral seja alcançado, foram propostos os seguintes objetivos específicos: i) analisar a evolução da arrecadação do ITR nos municípios mato-grossenses; ii) analisar a evolução da área desmatada nos municípios mato-grossenses; iii) analisar a relação existente entre a variação de arrecadação do ITR e a variação da área desmatada por mesor-região mato-grossense.

A presente análise se justifica pela relevância da disseminação de estudos que avaliem dados relacionados ao monitoramento da vegetação nativa, em especial da Amazônia Legal, evidenciando assim a possibilidade de utilizar aspectos fiscais e orçamentários da administração pública municipal como uma ferramenta de importante aplicação ante o desmatamento no estado do Mato Grosso.



**O trabalho completo está disponível
no seguinte link:
[https://www.tce.sp.gov.br/
concursomonografias](https://www.tce.sp.gov.br/concursomonografias)**

